

PAREDES E O VALE DO SOUSA NO UNIVERSO NOBILIÁRQUICO DO CONDE D. PEDRO: MEMÓRIA, ESCRITA E HISTÓRIA

João Paulo Martins Ferreira, MELE - SMELPS/ IF - U. Porto
Maria do Rosário Ferreira, U. Coimbra/ MELE - SMELPS/ IF - U. Porto
Mariana Leite, FCT/ MELE - SMELPS/ IF - U.Porto

D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, foi um dos principais vultos da sociedade e da cultura do Ocidente Peninsular medieval. Nascido, por volta de 1285, da relação pré-matrimonial do rei D. Dinis com Dona Gracia Froes, D. Pedro foi criado na corte régia, tendo nesse ambiente absorvido a cultura, a mundividência e os hábitos da sociedade aristocrática, vindo a ser o único dos filhos de D. Dinis, que lhe seguiu as pisadas como trovador. A condição de D. Pedro como filho natural (e primogénito) do rei de Portugal, que o virá a fazê-lo senhor de vastos domínios e dignidades, entre os quais o Condado de Barcelos, levou à sua participação nos principais momentos políticos do reinado de seu pai. Na juventude, acompanhou-o a Aragão, na mediação diplomática de 1304 entre esse reino e o de Castela; mais tarde, o seu envolvimento nas questões que levaram à guerra, que se estendeu de 1319 a 1324, entre D. Dinis e o príncipe herdeiro, o futuro Afonso IV, determinou o seu exílio, em Castela, de 1317 a 1321; após o seu regresso a Portugal, teve um papel de destaque como mediador do conflito entre o pai e o meio irmão, futuro Afonso IV.

A sua estadia em Castela aproximou-o ainda mais de uma mundividência onde os grupos aristocráticos à escala peninsular, assentes num espírito de solidariedade suprafronteiriça de linhagem e de grupo social, assumiam um relevo particular, procurando manter poderes ancestrais que limitavam a autoridade régia. Por volta de 1322, D. Pedro abandona a corte e estabelece-se no Paço de Lalim, nos arredores de Lamego. Aí, o seu interesse pela cultura aristocrática em que tinha sido criado ganha primazia sobre a sua intervenção direta na política do reino, concretizando-se num bem articulado projeto de escrita memorialística.

Apesar de ter casado duas vezes (a primeira com D. Branca de Portel, a segunda com a aragonesa Maria Ximenes Coronel, ambas senhoras da alta nobreza e avultado património), e de lhe serem conhecidas mais duas ligações (a primeira episódica, com uma Juliana de Leiria, e a segunda, longa e estável, com Teresa Anes de Toledo), D. Pedro Afonso não teve descendência. Curioso destino para um genealogista...

D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, morreu em 1354

e foi sepultado no mosteiro de S. João de Tarouca, num magnífico túmulo, com jacente e decoração de cenas de caça, ao lado daquele, decorado com a mesma imagética embora menos sumptuoso, onde repousava Teresa Anes de Toledo, sua companheira de muitos anos.

O Conde D. Pedro manteve em Lalim uma corte senhorial (composta pelos oficiais, cavaleiros, escudeiros e criados da sua casa, bem como por trovadores, jograis e letrados), na qual avultava um *scriptorium* suficientemente imponente para nele terem sido compostas as três volumosas obras que lhe devemos: o *Livro de Cantigas* (repositório exaustivo de 150 anos de poesia trovadoresca), o seu *Livro de Linhagens* (um retrato da sociabilidade e estrutura familiar da aristocracia Ibérica até meados do século XIV), e a *Crónica de 1344* (o grande texto historiográfico português da plena Idade Média). São as mais importantes realizações escritas da cultura Portuguesa do séc. XIV, com impacto na cultura Peninsular pelo menos até ao séc. XVII. Em conjunto, corporizam um projeto de escrita de grande dimensão e dotado de um alcance político e ideológico invulgar, onde se destaca uma perspetiva integradora das terras e gentes de Espanha, que não deixa de fora mouros e judeus.

Tal como seu pai, D. Pedro nutriu um grande apreço pela poesia trovadoresca, escola poético-musical com origem no sul de França que se implantou fortemente nas cortes senhoriais da zona ocidental da península nas primeiras décadas do séc. XIII, vindo depois a encontrar acolhimento privilegiado nas cortes régias de Castela (Afonso X, bisavô de D. Pedro) e de Portugal (D. Dinis). Esta manifestação poética constitui um verdadeiro fresco da vivência e dos valores da nobreza numa fase de crescente afirmação de identidade, vindo a condicionar também a visão da sociedade produzida pelos meios régios.

O Conde, também ele trovador (chegaram-nos dez composições, nos géneros de escárnio e de amor), chamou a si a compilação de todos os textos trovadorescos que pôde recolher, não excluindo mesmo os de um trovador judeu, Vidal, pois, como refere, «pero que é bem que o bem que homem faz se nom perça, mandamo lo screver». O *Livro de Cantigas* respeita substancialmente a cronologia dos trovadores

e a tripartição das composições em gêneros (*de amor, de amigo, de escárnio e mal dizer*), mas parece adotar também critérios de organização interna que remetem para a estrutura da pirâmide social.

Para além da poesia, Pedro de Barcelos estendeu a sua escrita ao âmbito historiográfico, tendo sido autor de duas extensas obras – o *Livro de Linhagens* e a *Crónica de 1344*. A redação da *Crónica de 1344* e do *Livro de Linhagens* parece ter decorrido em simultâneo, resultando em vários cruzamentos de informação (MIRANDA e FERREIRA 2015); e a reconfiguração historiográfica de episódios históricos ou lendários de acordo com a ordem do mundo que o projeto de escrita de Pedro de Barcelos promove resultou na partilha de múltiplos temas entre as suas duas obras historiográficas. Ambas tiveram uma transmissão textual atribulada, e chegaram-nos fragmentárias, por vezes apenas em tradução e com marcas de várias refundições.

A chamada *Crónica de 1344* estava a ser redigida no ano que lhe dá o nome, mas não terá sido terminada antes de 1349. Esta obra cria um amplo quadro historiográfico onde os sucessivos Impérios do mundo servem de pano de fundo a um vasto xadrez de poderes ibéricos em confronto de legitimidade (tiranos, monarcas pagãos, cristãos e mouros, aristocracias várias). A crónica do Conde singulariza-se, no âmbito da cronística da época, não só pelo conjunto de fontes que escolhe e o modo como as utiliza, mas também pela sua forma representar o desenrolar do Tempo e da História. Num rasgo inovador, inclui no fluir do tempo Hispânico a história dos emires do Al-Andalus até a criação do Califado de Córdoba, com base na tradução portuguesa da *Crónica de Al-Razi*. Além disso, longe de seguir a convencional estrutura cronológica linear (FERREIRA 2016), a temporalidade desdobra-se em várias linhas que começam em diferentes pontos do passado e que convergem no presente da escrita, pondo em relevo um momento fulcral em toda a obra do Conde: a vitória de Tarifa (Salado), última batalha da «Reconquista» em que combatem conjuntamente os vários reinos cristãos da Península. Esta obra dá testemunho da mundividência universalista do Conde D. Pedro, servida por uma concepção muito própria do poder, a um tempo imperial e disseminante, e por uma ideia de ordenação social do território ibérico marcada por um pressuposto inclusivo de povos, religiões e culturas. A “*Crónica de 1344*” foi objeto de uma profunda reformulação *circa* 1400, de uma abreviação atualizadora pouco antes de 1460 e de sucessivas traduções para castelhano.

Quanto ao seu *Livro de Linhagens*, redigido ao longo dos anos 40 do século XIV, constitui o paradigma do género genealógico ibérico, sendo o elo entre os dois textos genealógicos portugueses que o antecederam (o *Livro Velho* e o *Livro do Deão*) e os numerosos nobiliários que surgiram em Portugal e em Castela no contexto tardo-medieval e moderno. A difusão do texto foi tal que se conhece mais de uma centena de manuscritos, entre portugueses e castelhanos. Após a morte do

autor, o *Livro de Linhagens* sofreu duas importantes intervenções: uma atualização genealógica, pouco posterior a 1360, e uma profunda reformulação que parece ter tido lugar por volta de 1380.

Trata-se de um denso e intrincado texto genealógico que se estende desde as linhagens bíblicas e míticas da antiguidade e da matéria de Bretanha até às origens e continuidade das principais casas reais e aristocráticas da Península Ibérica medieval. Na medida em que a genealogia é determinada pelas alianças entre famílias oriundas de geografias variadas, o texto não conhece fronteiras. Compõe-se de 74 títulos, alguns deles incluindo narrativas e tradições de vários tipos (laudatórias ou vexatórias) justificadoras do poder ou legitimidade política de certas linhagens, das quais se destacam a de Lara, em Castela, e a da Maia, em Portugal, que o *Livro de Linhagens* encara como antecedente da dos Pereiras. A matéria genealógica é precedida por um prólogo programático redigido já no final da década de 1340, onde o Conde D. Pedro se propõe “meter amor Amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha”, fazendo assim prevalecer uma harmonia social fundada sobre as solidariedades de sangue que unem todo o estamento nobiliárquico, sustentáculo legitimador (ou, por vezes, deslegitimador...) da soberania dos seus monarcas.

O centro geográfico de irradiação de parte substancial das linhagens tratadas é a zona duriense, da costa atlântica até ao Alto Douro, incluindo naturalmente o vale do Sousa, região fulcral no universo senhorial medieval português. De fato, o vale do Sousa cedo se assumiu como um pólo de atração de inúmeras linhagens que, em grande medida, deviam o seu poder e influência na região a uma relação, mais ou menos próxima, com os Sousa e os senhores da Maia (MATTOSO, KRUS e BETTENCOURT 1982; MATTOSO, KRUS e ANDRADE 1986; SOTTOMAYOR-PIZARRO 2014).

No caso específico da zona entre os rios Ferreira e Sousa, ou seja, o antigo julgado de Aguiar de Sousa (que, antes das inquirições de 1288, estivera dividido em dois julgados: Ferreira e Aguiar de Sousa), esta ligação plasmou-se numa forte presença fundiária da nobreza senhorial e numa constante sedimentação das relações que esta mantinha com as igrejas e mosteiros locais. Apesar de não possuírem o poder territorial dos seus vizinhos de Ferreira, Paço de Sousa ou Pombeiro, por exemplo, os pequenos cenóbios de Paredes (Cete, Vilela, Vandoma e Lordelo), apresentam uma assinalável antiguidade e alguma expressividade em termos de património, não escapando por isso à pena do Conde D. Pedro de Barcelos.

Antes de avançar, assinalamos que utilizaremos ao longo do texto o sistema de codificação das passagens do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* proposto por José Mattoso na sua edição crítica de 1980: por exemplo, LL = Livro de Linhagens; 42 = Título 42; W5 = parágrafo W5. Vejamos então o texto. No título XLIV do seu nobiliário, dedicado à descendência do *infância* Gonçalo Oveques, o fundador (ou restaurador) do

mosteiro de Cete é identificado como pai de um Diogo Gonçalves, personagem que, segundo várias passagens do *Livro de Linhagens* (LL42W5 ou LL44A2 e J3, por exemplo), terá combatido e morrido na mítica batalha de Ourique, perante o próprio D. Afonso Henriques. Contudo, esta tradição familiar laudatória é imediatamente seguida por uma passagem infamante de tom escatológico sobre a sua filha, Ximena Dias de Urrô, irmã de Soeiro Dias de Urrô, de Rui Dias de Urrô e de João Dias de Freitas:

[...], *que mordeo a bespa no cono e deu ùu peido, e deu por beençom a todos os de seu linhagem que matassem as bespas onde quer que as achassem.* (LL44A2).

Longe de termos indícios sólidos que justifiquem esta exposição sequencial e antagónica das duas estórias, podemos aventar, no entanto, que a “fama” atribuída a Ximena Dias poderia estar relacionada com o seu casamento com Fernão Gonçalves, modesto cavaleiro da terra de Sousa, de quem teve descendência feminina (conforme indica LL44U3). Atendendo aos sobrenomes utilizados pelo nobiliário, Ximena, Soeiro e Rui Dias terão partilhado bens na antiga freguesia de Urrô (Penafiel), enquanto João Dias terá centrado os seus domínios em Freitas (já na zona de Fafe). As restantes parcelas do título XLIV dedicam-se exclusivamente ao desdobramento genealógico de ambas as linhagens.

Se, neste caso específico, as origens humildes de um cônjuge justificam o obscurecimento da imagem da descendência de um dos companheiros de armas de D. Afonso Henriques, outros existem onde as proezas de armas da cavalaria do vale do Sousa são realçadas. Veja-se o exemplo de Pedro Arteiro, também ele um modesto cavaleiro oriundo do vale do Sousa e documentado na corte de Fernando II de Leão, que, ao emigrar para a zona de Ourense e ao conseguir livrar o cabido local de um bando aristocrático que atentava contra os seus bens, conseguiu transformar-se no patriarca de uma das maiores e mais prolíficas linhagens da região, os Churrichão (CALDERÓN MEDINA e FERREIRA 2014, 9-10).

Curiosamente, do *Livro de Linhagens* também podemos recolher exemplos de famílias poderosas que, ao contrário do estatuto dado a Cete, acabaram por fundar pequenos mosteiros em Paredes. Veja-se o caso da linha narrativa presente no início do título LV, dedicado às origens dos Cunha, onde se aborda primeiramente as origens externas da linhagem e, logo depois, a rede monástica por eles fundada (S. Simão da Junqueira, Souto e Vilela). D. Guterre (1090-1109), um suposto cavaleiro gasco vindo na mesnada do conde D. Henrique e que, por razão dos seus bons serviços, foi herdado em Guimarães, Braga e na Póvoa de Varzim, terá organizado os seus vastos domínios a partir do seu senhorio na freguesia de Cunha (Braga), dando assim origem ao apelido que viria a ser utilizado pela sua descendência. Demonstrando uma clara incongruência cronológica, o *Livro de Linhagens* casa o seu filho, D. Paio Guterres da Cunha (1130-1140), com Ousenda Ermiges Aboazar, filha (ou sobrinha) de Trastemiro Aboazar da Maia – já que Paio Guterres viera viúvo de

França. Ou seja, Paio Guterres, que, atendendo à linha narrativa apresentada, terá chegado a Portugal por volta de 1094, teria encetado matrimónio com uma personagem que viveu nos inícios do século XI.

Graças a trabalhos de José Mattoso, Sérgio Lira, Saul António Gomes, Leontina Ventura e José Augusto de Sottomayor-Pizarro, sabemos hoje que, na verdade, os Cunha remontam as suas origens aos antigos patronos de S. Simão da Junqueira (Vila do Conde), de finais do século XI, e não a qualquer linhagem franca ou, sequer, à figura de D. Paio Guterres da Silva, poderoso rico-homem de Afonso VI, do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques (SOTTOMAYOR-PIZARRO 1999, II, 375-382). Este contexto leva-nos, portanto, a pressupor que a ligação dos Cunha à fundação do mosteiro de Vilela (Paredes) estaria relacionada, de alguma forma, com uma herança dos senhores da Maia, que lhes terá chegado através de algum dos enlacs das gerações subseqüentes (dos séculos XII e XIII).

Se por um lado, o antigo julgado de Aguiar de Sousa (Paredes e Paços de Ferreira) se viu polvilhado por pequenas linhagens, como os Frazão (LL31N9, LL44Y8 e LL65B6), os Brandão (LL44T4, V4, AH8 e LL70I5), os Botelho (LL25S3-7, T6, U4-5, V4, Z4, LL30Q8, LL43F6, LL48A4-5, LL62J11 e LL68G6), os Espinhel (LL29A4, LL33D6, LL36AR6, BH7, LL41P5, LL42M9, LL58AH6 e um pequeno título de linhagem - o 47), e os Alcoforado (LL26L5, P6-7, LL27D4, LL30A5, LL34H5, LL36G11, AG9-11, AH10, AL10, AM10-11, AN10, AO10, LL39B4, I5, J5, M5, LL41I6-7, J7, LL42H9, V7, V10, LL51F7, LL56J6, LL60M3-4, N4, LL62A6-8, B8-10, C9 e D9). Por outro, os maiores senhorios da região surgiram da colonização de grandes linhagens que, como os Cunha, se articulavam com os cenóbios supracitados e, também, com algumas casas monásticas de outras regiões, destacando-se neste capítulo, principalmente, Santo Tirso, mais ligada aos Maia, e Pombeiro, mais relacionada com os Sousa (SOTTOMAYOR-PIZARRO 2014, 53-54).

Nas freguesias mais encostadas a Ferreira, estariam as principais peças do património dos Maias neste espaço que, como Arreigada, por exemplo (SOTTOMAYOR-PIZARRO 2014, 55), passariam para parentes colaterais de relevo, como os filhos de Rui Gomes de Biteiros e Elvira Anes da Maia, filha de João Pires da Maia e de Guiomar Mendes de Sousa (MIRANDA 1996; CALDERÓN MEDINA e FERREIRA 2014, 30-31), para Santo Tirso, ou para vassalal de algumas figuras chave da linhagem. Veja-se, por exemplo, a relação de vassalagem que os Frazão terão mantido com Pero Pais da Maia, o Alferes (SOTTOMAYOR-PIZARRO 2014, 55), famoso rico-homem das cortes de Afonso Henriques e de Fernando II de Leão, após a pesada derrota de Badajoz de 1169 (CALDERÓN MEDINA e FERREIRA 2014, 11-12). Já no caso dos Sousa, os seus bens foram-se concentrando em torno de enorme honra de Ferreira e da honra de Nevogilde, que chegariam razoavelmente intactas ao século XIII, acabando por cair nas mãos do conde D. Gonçalo Garcia de Sousa (SOTTOMAYOR-PIZARRO 2014, 55).

Importa realçar, no entanto, que os bens correspondentes às freguesias mais meridionais da terra de Aguiar de Sousa (ou seja, àqueles que hoje correspondem, grosso modo, ao atual concelho de Paredes) albergaram uma lista de linhagens mais ampla, sendo este fenómeno explicável através da concentração destas terras nas mãos de linhas femininas dos Sousa. No caso específico da honra de Louredo, por exemplo, esta terá passado, ainda nos inícios da segunda metade do século XII, de Elvira Gonçalves de Sousa para Soeiro Mendes *Facha* de Tougues, seu marido, e depois para Gomes Soares de Tougues, seu filho, e Teresa Rodrigues de Barbosa, sua nora (SOTTOMAYOR-PIZARRO 2014, 55-56; idem 1999, III, Genealogia 4.16.1: Trava-Tougues-Palmeira). Numa escala completamente distinta desta sequência de permutas patrimoniais, estaria aquela que permitiu a constituição da ampla honra de Soverosa, que, com o passar do tempo, se iria destacar e individualizar claramente em relação à restante constelação dos bens dos Sousa, os quais, em certa medida, nunca deixaram de gravitar em torno da honra de Ferreira (MARTINS 2019). Fruto do casamento entre Vasco Fernandes de Soverosa e Teresa Gonçalves de Sousa, filha do poderoso Gonçalo Mendes de Sousa I, os Soverosa acederam a um lote substancial de bens dos Sousa na terra de Aguiar de Sousa, que gravitavam em torno da honra de Soverosa (Sobrosa - Paredes). Ao longo do século XIII, a sua descendência conseguiu consolidar a sua presença no vale do Sousa, fato que pode ser atestado pela presença da honra de Freamunde na vasta herança de Martim Anes de Soverosa, último grande herdeiro desta linhagem (SOTTOMAYOR-PIZARRO 2014, 55). Até 1186, altura em que partiu para Leão (onde foi, por várias ocasiões, tenente do Bierzo, Zamora, Beriz, Astorga e Limia, num período entre 1186 e 1194, e onde deteve bens na zona de Astorga, de Ourense e de Sobrado), Vasco Fernandes tornou-se mordomo do Infante D. Sancho (Sancho I), em 1176, e mordomo régio, em 1179, bem como tenente da terra de Basto, entre 1167 e 1186. Este exílio na corte leonesa terá surgido de atritos graves entre Vasco Fernandes, por um lado, e a Coroa e os Sousa, pelo outro, nascidos, talvez, da sua substituição na mordomia e na tenência da terra de Basto (CALDERÓN MEDINA e FERREIRA 2014, 14-15).

Foram seus filhos Martim Vasques de Soverosa I, Elvira Vasques de Soverosa, Alda Vasques de Soverosa, Urraca Vasques de Soverosa e Gil Vasques de Soverosa. Do casamento de Gil Vasques com Maria Aires de Fornelos, antiga concubina galega de Sancho I, nasceram Martim Gil de Soverosa I (marido de Inês Fernandes de Castro, de quem teve Teresa Martins de Soverosa), Teresa Gil de Soverosa (famosa concubina de Afonso IX de Leão) e Fernão Gil de Soverosa. Do seu casamento com a castelhana Sancha Gonçalves de Orvaneja nasceram Vasco Gil de Soverosa (esposo de Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela, de quem teve Gil Vasques de Soverosa II - marido de Aldonça Anes da Maia e pai de Guiomar Gil de Soverosa II, Marquesa Gil de Soverosa e Martim

Gil de Soverosa II -, Manrique Gil de Soverosa - pai de Sancha Manriques de Soverosa - e Guiomar Gil de Soverosa I). Por fim, do seu casamento com a castelhana Maria Gonçalves Girão nasceram Gonçalo Gil de Soverosa, Sancha Gil de Soverosa, Dórdia Gil de Soverosa e João Gil de Soverosa, esposo de Constança Gil de Riba de Vizela e pai do já referido Martim Anes de Soverosa, marido da princesa grega Vataça Lascaris (COELHO e VENTURA 1987; idem 1987a) e último grande herdeiro desta casa, falecido em 1295 (SOTTOMAYOR-PIZARRO 1999, II, 207-220).

A participação dos Soverosa nos grandes conflitos bélicos do século XIII, os seus exílios prolongados em Castela (iniciados com o exílio de Sancho II) e a morte precoce de algumas das suas principais figuras, imergiram-nos num lento ocaso, que o seu vasto poder e fortuna fundiária não renunciava.

Graças a trabalhos recentes (CALDERÓN MEDINA 2018; FERREIRA 2019, 644-704), sabemos hoje que os Soverosa terão nascido de um enlace entre os antigos Silva e a prestigiada linhagem leonesa dos Muñoz, já que o obscuro patriarca desta linhagem, Fernão Peres Cativo (personagem de elevada confiança de D. Afonso Henriques, desde finais da década de 1120, e pai do já referido Vasco Fernandes de Soverosa), terá nascido do casamento entre Pero Pais *Escacha* (da Silva) - magnate da corte de D. Henrique e da rainha Dona Urraca de Leão - e Elvira Nunes de Celanova, irmã do conde Gomes Nunes de Pombeiro, conde galego (de Toronho) que, aquando do Bafordo de Valdevez (1141), trocou definitivamente a fidelidade de Afonso VII pela de D. Afonso Henriques. Por sua vez, Pero Pais terá nascido da união entre Paio Guterres da Silva, antigo vicário régio de Afonso VI em Portucale, e a leonesa Fronilde Ovéquiz (Muñoz).

Através destes poucos exemplos podemos constatar, portanto, que, quer o vale do Sousa quer Paredes, se situam no universo senhorial medieval como um ponto de convergência de linhagens de origem diversa, tendo, por isso, uma centralidade assinalável em vários episódios da escrita de D. Pedro, conde de Barcelos. Neste sentido, uma obra como o *Livro de Linhagens* revela-se como uma das fontes mais interessantes para (re)conhecer e (re)descobrir a história riquíssima da região de Paredes e concelhos envolventes.

Ora, a única edição crítica da obra (MATTOSO ed. 1980), que dá acesso à integralidade do texto, está esgotada há muitos anos, sendo de difícil acesso para o público em geral. Resta, no mercado, a transcrição do mais antigo manuscrito, muito truncado (BROCARDO ed. 2006); e coletâneas dispersas de narrativas linhagísticas (MATTOSO ed. 1983). É mais do que podemos contar para alguns textos medievais portugueses, tão carentes de edições, mas o acesso sem entraves ao texto completo criticamente editado é indispensável. Passaram já quarenta anos sobre a edição de José Mattoso: conhecem-se hoje mais testemunhos manuscritos, que podem trazer indicações preciosas para a fixação do texto, que, como sabemos, sofreu várias reformulações que nos afastam do texto original

escrito por D. Pedro; e os próprios avanços no método filológico requerem a ponderação de alguns aspetos da atual versão de referência. As novas tecnologias oferecem formas mais eficazes de edição e divulgação do texto. Cabe-nos assim a nós, herdeiros do incansável trabalho de Mattoso, preparar um novo texto crítico e proporcionar uma difusão mais ampla e acessível do *Livro de Linhagens*.

O projeto em que nosso estudo sobre o *Livro de Linhagens* se insere, “MELE: Da Memória Escrita à Leitura do Espaço” (FERREIRA e SILVA 2018), constrói-se sobre dois eixos fundamentais, já sugeridos pelo título: a (re)edição do texto e a sua reinscrição no espaço onde as personagens viveram e as narrativas por elas protagonizadas se situaram, tarefa em que será dado destaque à geolocalização dos lugares referidos na obra. A edição será publicada em papel pela Academia de Ciências de Lisboa, e também disponibilizada em formato digital, facultando o texto, em livre-acesso, a todos os públicos interessados. Isto permitirá que quer investigadores, quer não especialistas possam descobrir a obra de D. Pedro, e com ela a história da sua região.

A ligação do texto com o território que nele é plasmado procura estabelecer um vínculo mais forte, e culturalmente mais produtivo, entre as narrativas e as diversas regiões onde estas decorrem. Neste sentido, mais do que a divulgação passiva de narrativas como as apresentadas neste trabalho, o projeto MELE procura envolver as populações com o seu legado histórico.

Embora dispondo de um grupo de trabalho pequeno, temos conseguido levar o *Livro de Linhagens* a um público mais amplo, através de conferências, envolvimento com escolas (nomeadamente, com os alunos do Agrupamento de Escolas da Sé (Lamego) ou a exposição itinerante “Vida e Obra de Dom Pedro Afonso, Conde de Barcelos e Senhor de Lalis”, inaugurada em Lamego em Outubro de 2019 e entretanto suspensa devido à situação pandémica atual. Acresce a este tipo de iniciativas um dos elementos mais inovadores do projeto: a criação de uma aplicação (FIDALGO 2020) que, por via de geolocalização, permitirá descobrir algumas das narrativas do *Livro de Linhagens* através de percursos pedestres a delinear (ou reaproveitar) em algumas das regiões abrangidas pelo nobiliário do Conde.

Esperamos, assim, que o *Livro de Linhagens* de D. Pedro, para além de ser um instrumento de investigação para especialistas, possa também tornar-se um objeto de fruição e descoberta que devolva ao território que hoje habitamos as histórias escondidas daqueles que nele viveram e circularam há quase mil anos. Sem dúvida, os habitantes atuais do Vale do Sousa serão justos herdeiros de tão longa e intrigante memória.

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

(FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia), e enquadra-se na continuação da investigação sobre Pedro de Barcelos e sua escrita que, ao longo da última década, vem sendo realizada pelo Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade (SMELPS/IF/FCT).

Bibliografia:

Edições:

BROCARDO, M.T. (ed. 2006) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)*, Lisboa, INCM.

MATTOSO, J., (ed. 1980) *Portugaliae Monumenta Historica: Nova Série. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências.

MATTOSO, J. (ed. 1983) *Narrativas do Livro de Linhagens*, Lisboa, INCM.

Estudos:

CALDERÓN MEDINA, I. (2018) *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliária entre Tres Reinos - Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (ss. XI-XIII)*, Valladolid, Universidad de Valladolid.

CALDERÓN MEDINA, I., FERREIRA, J.P.M. (2014) Beyond the Border: The Aristocratic Mobility between the Kingdoms of Portugal and León (1157-1230), *e-Journal of Portuguese History*, 12 - n.º 1 (2014), disponível em <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue23/pdf/v12n1a01.pdf>, consultado a 30/10/2020.

COELHO, M.H.C., VENTURA, L. (1987) Vataça, uma Dona na Vida e na Morte, *Separata das Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Porto, pp. 159-193.

COELHO, M.H.C., VENTURA, L. (1987a) Os Bens de Vataça: Visibilidade de uma Existência, *Revista de História das Ideias*, n.º 9 (1987), pp. 33-77.

FERREIRA, J.P.M (2019) *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*, in *Anejos de Cuadernos de Estudios Gallegos XLVIII*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento - XuGa-CSIC.

FERREIRA, M.R. (2016) Pedro de Barcelos e Fibonacci: da forma como mediação (sobre a estrutura original da Crónica de 1344), *Guarecer. Revista Electrónica de Estudios Medievais*, n.º 1, p. 17-32. <DOI: 10.21747/21839301/guala2>, consultado a 30/10/2020.

FERREIRA, M.R., SILVA, R. (2018) Conteúdos, propósitos, programação e realizações do projeto MELE: Da memória escrita à leitura do espaço - Pedro de Barcelos e a Identidade Cultural do Norte de Portugal (POCI-01-0145-FEDER-032673), *Guarecer. Revista Electrónica de Estudios Medievais*, n.º 3 (2018), disponível em <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/gua/article/view/6344>>, consultado a 30/10/2020.

FIDALGO, J.P.C. (2020) *Recursos Multimédia e Realidade Aumentada aplicados ao legado histórico e cultural*, Tese de Mestrado orientada por A. Coelho, Porto, FEUP.

MARTINS, A.M.O. (2019) *Foral Manuelino da Honra de Sobrosa (1519)*, Paredes, Câmara Municipal de Paredes.

MATTOSO, J; KRUS, L; BETTENCOURT, O. (1982) As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza: o julgado de Aguiar de Sousa, *Revista de História Económica e Social*, n.º 9 (Janeiro-Junho de 1982), pp. 17-74.

MATTOSO, J., KRUS, L., ANDRADE, A.A. (1986) Paços de Ferreira na Idade Média: Uma Sociedade e uma Economia Agrárias, *Separata de Paços de Ferreira: Estudos Monográficos*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, Vol. I, pp. 171-243.

MIRANDA, J.C.R. (1996) *Os Trovadores e a Região do Porto: Em Torno do Rpto de Elvira Anes da Maia*, Porto, Edição do Autor.

MIRANDA, J.C.R; FERREIRA, M.R. (2015) O projeto de escrita de Pedro de Barcelos, *População e Sociedade CEPES*, n.º 23 (2015), p. 25-43, disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79109/2/102049.pdf>>, consultado a 30/10/2020

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A. (1999) *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família - Universidade Moderna.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A. (2014) *Aristocracia e Mosteiros na Rota do Românico: A Senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (Séculos XI a XIII)*, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território.